

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Festa, Disputa territorial, Reexistência e Educação Ambiental desde el Sur: Um estudo de caso da Gran Marcha Carnaval de Tolima, Colômbia.

Party, Territorial dispute, Rexistence and Environmental Education from south: A case study of the Gran Marcha Carnival of Tolima, Colombia.

Marcelo Aranda Stortti¹; Glória Marcela Flórez Espinosa²; Renzo Alexander Garcia³

1 Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação na UNIRIO, membro do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur). Rio de Janeiro. Rj. Brasil. Email marcelostortti@gmail.com/ORCID 0000-0003-1400-9834

2 Doutora e Licenciada em Educação Ambiental. Coordenadora da Cátedra Ambiental Gonzalo Palomino Ortiz Universidad del Tolima. Tolima, Colômbia. Email: gmfloze@ut.edu.co /ORCID 0000-0002-8440-7611

3 Doutor. Biólogo da Universidad del Tolima. Tolima, Colômbia. Fundador do Comité Ambiental em defensa del agua y La vida. Email: proysocialut@ut.edu.co

Palavras-chave:

Educação ambiental crítica. Ecologia política. Movimentos sociais. Cultura popular.

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos uma prática social e educativa chamada de Marcha Carnaval do movimento ambiental colombiano (Comité Ambiental en Defensa de la Vida). Essa ação coletiva ocorre uma vez ao ano desde 2011, pela ação da organização social Comité Ambiental en Defensa de la Vida em Ibagué, Departamento de Tolima (Colômbia). Essa experiência inovadora latinoamericana, nos motivou a estabelecer como objetivo deste estudo a dimensão educativa da ação cultural da Marcha Carnaval, levando-nos a perguntar: como na prática socioambiental do Comité Ambiental desenvolvem-se processos educativos de construção e transmissão de saberes culturais e da educação ambiental? Para tal, estabelecemos como referencial teórico a educação ambiental crítica, a ecologia política e ação cultural dialógica de Paulo Freire. A metodologia escolhida foi a de estudo de caso e utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin e sua classificação temática para analisar os dados coletados disponíveis em diferentes redes sociais e no sites/redes sociais e nos arquivos do Comité Ambiental en Defensa de la Vida.

Keywords:

Critical environmental education. Political ecology. Social movements. Popular culture.

ABSTRACT: In this paper, we present a social and educational practice called the Carnival March of the Colombian environmental movement (Environmental Committee in Defense of Life). This collective action takes place once a year since 2011, by the action of the social organization Environmental Committee in Defense of Life in Ibagué, Department of Tolima (Colombia). This innovative Latin American experience has motivated us to establish as an objective of this study the educational dimension of the Carnival March's cultural action, leading us to ask: how in the environmental committee's socio-environmental practice are educational processes for the construction and transmission of cultural knowledge and environmental education? For such, we established as theoretical reference the critical environmental education, political ecology and dialogical cultural action of Paulo Freire. The methodology chosen was the case study and we used Laurence Bardin's content analysis technique and its thematic classification to analyze the collected data available on different social networks and on the websites / social networks and archives of the Environmental Committee en Defensa de la Life..

INTRODUÇÃO

A realização de reformas neoliberais nos anos 90 levou a uma expansão territorial maciça das atividades de diferentes empreendimentos econômicos na América Latina, especialmente nas áreas que antes eram consideradas improdutivas ou difíceis de explorar em busca de capital rentável (SVAMPA; ANTONELLI, 2009; SVAMPA, 2012).

Podemos observar que esse processo de expansão de empresas multinacionais que operam em diferentes setores econômicos de exploração de produtos primários, como agronegócio, petróleo, gás e mineração, promoveram um sistema de desapropriação das populações desses territórios produzindo através do confinamento ou isolamento a expropriação de bens de subsistência e repressão total dessas comunidades.

Essas matérias primas foram convertidas em produtos internacionalmente chamados de “commodities”, muitos deles para atender às necessidades supérfluas de pessoas de países do “primeiro mundo” que nada têm a ver com as necessidades básicas de pessoas vizinhas, empregadas ou escravizadas para extração.

Sua principal característica é a consolidação de um sistema econômico monoprodutor, baseado na exploração e exportação de bens naturais. Esse modelo apresenta uma alta rejeição das comunidades, devido aos efeitos sobre o direito coletivo a um ambiente saudável, biodiversidade, territórios, entre outros, que geram acesso desigual à terra, competição por água e geração de inúmeros conflitos socioambientais (BEBBINGTON; BURY, 2013; OCMAL, 2015).

Esse fenômeno econômico apresenta como resultado do seu “modus operandi” uma explosão de conflitos socioambientais gerados como resultado da imposição do chamado “neoextrativismo”, entendido como um modelo de crescimento econômico que envolve a reprimarização das economias desse continente.

Esses conflitos foram publicizados e ganharam “voz” com a divulgação de 2.902 casos de conflitos em nível global, através do Atlas da Justiça Ambiental (EJATLAS, 2019). Além desse atlas também existe a publicação do mapa interativo do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL, 2019), que apresenta 266 conflitos nesse continente envolvendo 334 comunidades e com .

Acosta e Machado (2012) sugerem que o extrativismo é um gerador de conflitos socioambientais onde causas multidimensionais de ordem estrutural (políticas, econômicas, jurídicas, ambientais, sociais, culturais, entre outras) se reúnem.

É necessário ressaltar que, no caso da análise, é feita referência a um conflito socioambiental gerado pela política de mineração da Colômbia que ignora os direitos constitucionais do povo, a proteção do patrimônio ecológico e a vocação produtiva dos territórios.

Para o caso colombiano, o Atlas de Justiça Ambiental (2019) relata 129 conflitos socioambientais e o OCMAL (2017) catorze conflitos de mineração, incluindo o projeto de mineração La Colosa (Atlas de Justiça Ambiental, 2019 e OCMAL, 2017). O contexto colombiano mostra como o total de títulos de mineração concedidos no território nacional aumentou de 2.192 no ano de 2000 para mais de 9.400 no ano de 2012.

Conseqüentemente, as pessoas do sul global estão cada vez mais conscientes dos efeitos negativos dessas ações estrangeiras em seus territórios, natureza, culturas e organizações sociais e, do mesmo modo, geram resistência e reexistência que desde a educação ambiental eles estruturam ações como arte, dança e congregação.

A partir dessas inovadoras formas de mobilizar a sociedade o objetivo dessa pesquisa foi analisar a práxis educativa e de educação ambiental que emerge do processo coletivo das marchas Carnaval ocorridas de 2011 até 2019 pela organização social Comité Ambiental en Defensa de la Vida na Colombia.

REFERENCIAL TEÓRICO: ECOLOGIA POLÍTICA, AÇÃO CULTURAL DIALÓGICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.

ECOLOGIA POLÍTICA

O ponto de partida para a abordagem conceitual dos conflitos socioambientais é estruturado a partir dos pressupostos básicos da ecologia política, entendidos como uma “estrutura de pesquisa interdisciplinar”, apoiada por um conjunto de modelos explicativos (DIETZ; ISIDORO LOSADA, 2014, p. 57), que se baseia em diferentes teorias críticas (marxista, gramsciana, feminista e foucaultiana), disciplinas (antropologia, geografia, ciência política, sociologia) e ramos de pesquisa (ecologia cultural, economia política, estudos agrários, estudos de desenvolvimento, antropologia ambiental / crítica ecológica e feminista da ciência) (ALIMONDA et al., 2017; ROBBINS, 2004; PEET; WATTS, 2004; PAULSON; GEZON, 2005; PALACIO CASTAÑEDA, 2009).

A ecologia política nos fornece ferramentas que nos permitem pensar em conflitos socioambientais em relação às formas de acesso e controle sobre os bens naturais. Essa estrutura analisa como o conhecimento, acesso, uso, exploração e controle de bens comuns naturais são mediados por relações de poder baseadas na desigualdade e na perspectiva intersetorial (diferenças nas relações sociais de classe, etnia, raça, geração, sexualidade, entre

outros), enfoca as relações de poder inerentes ao controle e gestão da natureza como elementos de análise para entender as relações sociais, a ação política e o meio ambiente (PELUSO; WATTS 2001, p. 25, apud Le BILLON, 2015). Martínez Alier (2009) propõe como o principal objeto de pesquisa em ecologia política os conflitos ecológicos distributivos e Rodríguez, (2016) e Le Billon (2015) descrevem os conflitos ambientais como o confronto que surge entre diferentes atores sobre o uso, controle e exploração de bens comuns naturais. Já Garay (2016) fala sobre conflitos socioecológicos e em contrapartida Navarro (2015) refere-se a essas situações como conflitos socioambientais.

E na concepção de Peluso e Watts (2001) esse tipo de conflito se referem a estudos sobre segurança ambiental, crescimento populacional, escassez de recursos e produção de violência. A categoria sobre o conflito socioambiental e o ponto de vista que esta pesquisa pressupõe é entendida como uma expressão de territorialidade associada ao controle e acesso a bens comuns sob tensão por comunidades, empresas e governos, o que nos permite entender as relações sociedade-natureza e identificar os impactos negativos nas dimensões social, econômica, ecossistêmica e cultural que o desenvolvimento capitalista promove, juntamente com as alternativas de solução (GARCIA, 2019)

Como podemos observar essa categoria apresenta uma polisemia muito grande e como analisa Facundo Martín e Robin Larsimont, que nesse campo existe uma regionalização e uma separação em três grupos: a “political ecology”, anglófona e desenvolvida nos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá; a “l’écologie politique” francófona e a ecología política latinoamericana de origem hispano-lusófona (MARTÍN; LARSIMONT, 2016, p. 1).

Para esses autores, o crescimento dos debates sobre a ecologia política a nível internacional pode incidir sobre uma melhor compreensão sobre os processos de transformação social e propiciar uma nova forma de defini-la, readjetivando-a de ecologia cosmo-política.

E está associada a três aspectos principais:

la historia de las conexiones entre disciplinas dentro de diferentes marcos institucionales así como a través de la circulación y reproducción de conocimientos en el seno de determinados regionalismos académicos dominantes, (2) las relaciones en materia de naturaleza/ambiente entre ciencia, política y movimientos sociales, a distintas escalas y, (3) el papel que juega la movilidad de ciertas personalidades abiertas al diálogo entre distintos mundos académicos, así como a la labor de las traducciones (MARTÍN; LARSIMONT, 2016, p. 1).

Para esses pesquisadores a adjetivação cosmo-política da ecología política ampliaria o diálogo com outros campos teóricos, como o giro decolonial desenvolvido pelo grupo de pesquisadores latinoamericanos da Modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013). Esse diálogo com o giro decolonial possibilita dialogar com as cosmovisões e saberes outros emergentes dos povos originários da América latina, do movimento negro, dos camponeses, pescadores e todos os outros movimentos sociais desse continente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A educação ambiental desde Estocolmo, 1972, mostrou-se uma alternativa de cuidado e conservação da natureza, também como uma estratégia de participação do cidadão em face da tomada de decisão, ou seja, com caráter político intrínseco. No entanto, o ativismo ecológico e a redução das campanhas ambientais para reciclagem, comparsas ou retrabalho de artesanato com resíduos, ou o simples plantio de árvores para uma comemoração especial, afastaram-nos - de maneira alguma - de uma verdadeira educação ambiental que permite ver de forma crítica e complexa o ambiente e as múltiplas interações presentes nele, além do tradicional biótico ou ecológico.

Desse modo, nas décadas de 70 e 80, surgem principalmente movimentos sociais com a bandeira do meio ambiente, diante de eventos catastróficos em todo o mundo e da crescente preocupação com as condições de vida de todos os seres do planeta, incluindo o ser humano.

Em seguida, o papel formativo da educação ambiental emerge no sul com tendências políticas, de defesa do território, não apenas da conservação dos espaços naturais, mas da natureza em que as pessoas também habitam como parte dele em permanente interdependência.

Assim, a educação ambiental requer o diálogo do conhecimento das diferentes disciplinas para abordar de maneira complexa, crítica, participativa e mais eficaz. os diferentes problemas e conflitos, com o objetivo de encontrar melhores caminhos que permitam uma melhor maneira de viver para todas as formas de vida existentes; assim:

A educação ambiental (EA) busca entender criticamente os problemas ambientais, integrando as contribuições das ciências naturais, ciências sociais e humanas, dentro de uma estrutura de interpretação complexa desses problemas e suas soluções (TERRÓN AMIGÓN; GONZÁLEZ GAUDIANO, 2015).

Portanto, nessa ressignificação de uma educação ambiental em uma perspectiva ampla, que incorpora o pensamento crítico e a participação do cidadão no conhecimento, avaliação e redescoberta dos lugares em que habitam, para reinventar e reexistir, passa pelas salas de aula da escola em todos os níveis e transfere a escola para alcançar as comunidades e a partir dessas experiências que devem enriquecer a escola, em um ciclo permanente de feedback contextualizado que se forma na escola para beneficiar a comunidade e onde a comunidade é um ator de mudança presença permanente na escola, portanto:

A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educacionais para mobilização de processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais; para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas (GUIMARÃES, 2004, p.30).

Assim, a educação ambiental requer novas metodologias, espaços criativos, capazes de ler a realidade e se apropriar de seus próprios problemas potenciais e ambientais, fazendo perguntas, entendendo causas e conseqüências e agindo de acordo. Uma escola dinâmica e mutável que se adapta a diferentes espaços e grupos sociais, uma escola inclusiva e popular, que busca a reflexão para a ação, uma ação coletiva, de criatividade, de explorar diferentes modos de viver e conviver com o outro, com os outros, com o outro, sem agressão, em diálogo e com direitos.

Nesse arcabouço geral, uma educação ambiental sob essa perspectiva também exige educadores ambientais capazes de levar seus alunos a uma melhor compreensão das situações cotidianas que enfrentam, com a capacidade de buscar alternativas de educação e participação; Por esse motivo, o treinamento permanente de professores ou dinamizadores ambientais é um elo importante nessa cadeia de transformação, da qual somos todos aqueles que são sensíveis às realidades existentes, que desde aspectos naturais, culturais, econômicos, culturais e ancestrais são ambientais.

O problema do treinamento é generalizado, muitos professores treinados como professores não têm esse treinamento, outros recebem essa educação de uma perspectiva limitada e limitada, com uma abordagem naturalista, conservacionista e ambientalista, ignorando os desenvolvimentos atuais do Educação ambiental; poucas instituições de ensino superior estão profundamente envolvidas na formação ambiental de professores em formação e em serviço, o que dificulta a abordagem transversal desse campo de conhecimento. A formação de professores em educação ambiental deve aprofundar-se em aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos, pedagógicos, didáticos e curriculares, os quais levam a uma melhor compreensão desse componente (FLÓREZ et al. 2017 p.384).

Assim, a educação ambiental torna-se um campo de conhecimento e conhecimento capaz de dimensionar as delicadas parcelas da vida e as causas que as alteram, promovendo conseqüências para todos no planeta e em determinados territórios; Assim, os desafios são grandes e existem muitos exemplos que encontramos em diferentes cantos da América Latina, o Aby Ayala, com suas nuances, cores, crenças e dores.

AÇÃO CULTURAL DIALÓGICA

Na opinião de Paulo Freire, "não há diálogo se não houver amor profundo pelo mundo e pelos homens" (FREIRE, 2011, p.111). Amor é compromisso com os homens e compromisso com a causa deles. "Como posso dialogar se alieno a ignorância, ou seja, se sempre a vejo no outro, nunca em mim?" (Op cit.). Não é possível um diálogo por parte daqueles que acreditam ter a verdade e o conhecimento, e que partem da concepção de uma pronúncia mundial feita por homens selecionados sem a participação das massas. De alguma forma, não há diálogo sem humildade.

homens que não têm humildade ou a perdem não podem se aproximar das pessoas. Eles não podem ser seus parceiros de pronúncia mundial. Se não se pode sentir e se conhecer tão viril como os outros, ainda há um longo caminho a percorrer para

chegar ao local de encontro. Neste local de encontro não há absolutamente ignorantes nem absolutamente sábios: há homens que, em comunhão, procuram saber mais. (FREIRE, 2011, p.112).

O autor também contempla a tese de que também não há diálogo sem fé nos homens, porque sem esse diálogo seria uma farsa. Assim, a partir dessa fé, humildade e amor, constitui confiança entre os sujeitos dialógicos. Não há diálogo real sem pensamento crítico, uma maneira de pensar que percebe a realidade como um processo. Um processo em constante transformação, não acomodação.

Sem pensamento crítico, não há comunicação e sem ela não há educação verdadeira. Assim, Freire define educação como a essência da prática da liberdade, educação dialógica, por sua vez, libertadora que problematiza. Sob as dimensões da ação e da reflexão, práxis é a palavra verdadeira e através dela o mundo é transformado.

De suas experiências pedagógicas populares, Paulo Freire afirma que a educação dialógica é essencial para a prática da liberdade. Logo, o ato de comunicar não pode ser substituído pelo ato de depositar, as pessoas, em especial os estudantes, só recebem e memorizam informações sem perceber a pronúncia do mundo, como pensamento crítico e reflexão.

A educação problematizadora, o que temos é problematizar a educação, que visa: libertar. Enquanto o primeiro atua na transferência de conhecimento, o outro realiza o ato de conhecer juntos, com uma troca sem hierarquias, onde o educador e o professor se revezam no processo de aprendizagem.

Diante desse cenário, fica claro que a pedagogia dominante não revelará a condição opressora que a mantém no poder para os oprimidos. O estudo da educação dialógica desenvolvido por Freire busca, assim, alertar "humanistas que não podem, na busca pela libertação, usar o conceito bancário sob pena de se contradizerem na busca" (FREIRE, 2011, p.120).

A reflexão é fundamental para a ação: a verdadeira reflexão leva à ação, e a ação sem reflexão é um mero ativismo. Nesse contexto, reside a importância das duas concepções caminhando juntas em busca da libertação dos oprimidos.

Um grande número de pessoas teme a liberdade devido a uma cultura de dominação. Inconscientemente entrincheirados, porque os oprimidos são frequentemente seres duplos, anfitriões de seus opressores e carregam dentro deles a ideologia dominante. Para avançar, eles devem ser reeducados pela revolução. Uma revolução cultural estabelecida a partir da ação cultural dialógica. Essa revolução consiste no poder, o novo poder de criar consciência e, assim, transformar a sociedade. Consciência que contribui para a formação do homem, que se torna protagonista de sua história. Freire enfatiza que a ação dialógica deve ser trabalhada através da cultura, ação que em suas principais características: colaboração, unidade, organização e síntese cultural. Na teoria dialógica, não há dominação, nenhum ser é

conquistado. O que existe são seres que se reúnem para a pronúncia do mundo e buscam a transformação em colaboração. Colaboração, que só é possível através da comunicação.

PERCURSO METODOLÓGICO

Essa análise qualitativa é baseada em um estudo de caso do festival popular, chamado "Marcha Carnaval", que surge em meio aos conflitos que envolvem o extrativismo mineiro na Colômbia.

Os sujeitos dessa pesquisa foram os ambientalistas do Comitê Ambiental em Defesa da Vida, estudantes da Universidade Tolima (Colômbia) e participantes da Marcha Carnaval de diferentes grupos sociais, que através da coleta de imagens em vídeos (dados empíricos), disponíveis na internet, que permitiram analisar esse caso. Para isso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin e sua classificação temática.

Foram analisadas as informações divulgadas pela mídia, redes sociais, documentos do Comitê Ambiental em Defesa da Vida, Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL), Observatório de Expansão e Reexistência de Energia Mineral e do Atlas Justiça Ambiental.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A MARCHA CARNAVAL

O trabalho que as organizações sociais e ambientais de Tolima desenvolveram foi muito diversificado e até especializado. Algumas das ações mais destacadas são: marchas de carnaval, mudas e eventos culturais, visitas informativas a escolas e bairros, fóruns e graduados acadêmicos (locais, nacionais e internacionais), assembléias de cidadãos, consultas e ações populares legal etc. Essas atividades permitiram sensibilizar e mobilizar um grande número de pessoas, independentemente de suas crenças políticas ou religiosas.

Entre as atividades mais importantes do processo de oposição ao Colosso estão as marchas do carnaval. Essas mobilizações começaram em 3 de junho de 2011 com a participação de cerca de 12.000 pessoas (COMITÊ AMBIENTAL EM DEFESA DA VIDA, 2011). Em 14 de outubro do mesmo ano, a segunda marcha ocorreu com a presença de 20.000 pessoas (Rojas, 2011). A terceira marcha mobilizou cerca de 30 mil cidadãos (EL NUEVO DÍA, 2012). A quarta marcha, realizada em 2012, contou com a presença de 40.000 pessoas (Lombana Silva, 2013). A Quinta foi acompanhada por uma série de movimentos sociais de diferentes municípios do departamento de Tolima (CAMACHO, 2015), que mostram a configuração de uma organização regional, entre os quais destacam-se os comitês ambientais dos municípios

de Ibagué, Líbano, Espinal, Armero, Saldaña e Honda. A Oitava Mobilização (NATURAL PRESS, 2016) tornou-se o início de um processo de movimento nacional que ligará os movimentos de Tolima a outros departamentos. As Marchas carnaval conseguiram consolidar uma grande narrativa de rejeição nacional e internacional contra o modelo neoextrativista.

As marchas do carnaval são referência para a expressão artística, recreativa e cultural que permitiu a mobilização de comunidades a partir de expressões estéticas que aprimoram novos discursos e práticas de defesa territorial.

O Comitê Ambiental em Defesa da Vida é a referência organizacional que permitiu a participação plural de múltiplos fluxos de pensamento unificados em torno da defesa da água, da vida e do território, sem implicar a perda das autonomias de cada uma das organizações socioambientais que participam do processo de chamada e organização.

As alianças permanentes e a dinâmica do trabalho de denúncia e defesa territorial mantiveram o conflito socioambiental de La Colosa em uma escalada de alta intensidade. Esse é um conflito que permanece em constante turbulência, devido à tensão entre o momento dado pelo governo nacional às atividades de mineração, juntamente com a capacidade de cooptação corporativa das multinacionais de mineração e a dinâmica de defesa da comunidade que apela à defesa de seus interesses. Modelos de desenvolvimento próprio, atividades agrícolas, bens comuns naturais e avaliações culturais.

A partir da análise de vídeos de convocação ou da própria Marcha Carnaval, documentos e entrevistas escritas ou orais de integrantes dessa manifestação cultural podemos destacar a megadiversidade de sujeitos sociais que integram essa manifestação, tais como: estudantes de colégios (do fundamental ao médio) e das universidades, clubes de futebol, camponeses, indígenas, professores de diferentes níveis de ensino, representantes de sindicatos, empresários de alguns segmentos, políticos e profissionais liberais.

Essa grande variedade de sujeitos sociais com afinidades ideológicas distintas, reforça o processo de politização da ecologia que dialoga com as concepções da ecologia política. Esse processo foi construído através da escolha de temas ou “bandeiras” centrais na vida dos moradores locais, como a água e sobrevivência da vida.

Outra estratégia observada nesse processo de mobilização e educativo foi estabelecer um “inimigo” em comum, que nesse caso é a problemática e iminente desastre socioambiental enfrentada pelo projeto de desenvolvimento econômico mineral chamado de “La Colosa”. Esse o projeto de mineração a céu aberto e lixiviação de cianeto que a multinacional AngloGold Ashanti pretende avançar no município de Cajamarca, em áreas da Reserva Central Florestal colombiana. É um projeto de magnitudes regionais que começaria no município de Cajamarca e mais tarde seria estendido a outras áreas de Tolima e Quindío.

Esse projeto se configurava com a montagem da planta industrial e instalação de uma barragem gigante onde seriam depositadas escórias resultante da extração do mineral presente nos milhões de toneladas de rocha que eles pensavam levar de Cajamarca para esse município. Esse processo de neoextrativismo pode causar a destruição de todas as formas de vida da região, inclusive os humanos.

E a partir das fontes documentais citadas anteriormente levantamos os seguintes eixos temáticos: politização da temática ambiental e Reexistências.

POLITIZAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL

Essa ideia fica evidente na entrevista de Jimmi Eliecer Torres (campesino) quando afirmar que

estamos aquí com um grupo de trabalho que denuncia as irregularidades que essa multinacional [Anglogold Ashanti] no tema ambiental, social em todos os temas que estão relacionados pois estão manipulando as comunidades, como manipulam os meios de comunicação, como estigmatizam os campesinos tratando como guerrilheiros e mostrar que nós não somos responsáveis, são os dirigentes dessa empresa que estão manipulando a constituição política colombiana (https://www.youtube.com/watch?time_continue=153&v=X1bZAcDW4a0)

Essa afirmação desse camponês reforça como aponta Alimonda et al (2017) que a ecologia política pode contribuir com o instrumental necessário, pois oportuniza os sujeitos sociais a pensar sobre os conflitos socioambientais em disputas por diferentes formas de acesso e controle sobre os bens naturais, como fica evidenciado na fala do campesino acima que mostra a empresa desacreditando do caráter de grupo social e manipulando a legislação ambiental para o seu favor para desacreditá-los reforçando a narrativa que esse recurso ambiental não pode ficar na “mão” de “guerrilheiros” mais sim na “mão do progresso” que essa empresa pode proporcionar.

Outro aspecto que reforça esse discurso político é o documento apresentado no final da quinta, sexta e sétima Marcha Carnaval e divulgado nos informativos SOS Ambiental impresso ou eletrônico (https://drive.google.com/file/d/1fUoO5jRHDj0z-D_6Mv71RppbuSnwqK7V/view) e em outras páginas na internet, chamado de “Declaración Política: por el derecho a la autonomía territorial, la defensa del agua, la vida y la soberanía alimentaria”.

Na declaração da V Marcha podemos observar a crítica ao modelo internacional de expropriação e deslocamentos forçados:

Una vez más, somos los países dependientes y dominados políticamente quienes tenemos que aceptar las directrices de los grandes centros de poder económico del mundo, sin importar que este modelo haya demostrado, históricamente, su esencia de inequidad, injusticia y privilegios para las castas dominantes (Declaración da V Marcha carnaval) (disponível em: <http://www.mineriyaresistencia.org/wp->

Para alguns militantes e participantes dessas marchas Carnaval o ato educativo deixa de ser a mera transferência de conhecimentos, como o único modo de se constituir um sujeito que se reconheça como histórico e ético impedindo-o de apoiar a destruição ou destruir a natureza (LOUREIRO, 2012).

Nesse depoimento podemos observar o diálogo com o pensamento freiriano que afirma que a educação libertadora, problematizadora da realidade concreta, busca construir a dialogicidade entre todos instituindo uma horizontalidade de saberes, buscando esse diálogo “outro”, isto é, “este encontro do homem [mulheres] mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo não se esgotando, portanto na relação eu-tu” (FREIRE, 1987, p.78). Esse diálogo de saberes fica evidenciado nas faixas (cartazes) apresentados durante as diferentes Marchas Carnavais evidenciadas pelas imagens dessa atividade abaixo (Figura 1):



Figura 1 Faixas e cartazes de diferentes culturas durante as Marchas Carnaval de 2016 e 2019.

Porém, eles também se utilizam dos saberes acadêmicos e os transmitem para população através de diferentes formas e em parceria com diversas organizações, mais principalmente com pesquisadores de diferentes universidades da Colômbia, em especial a Universidade de Tolima.

Nesse processo de construção coletiva de conhecimentos técnico-científicos que foram apresentados ao público contribuindo para a construção da narrativa que a empresa multinacional AngloGold Ashanti pode destruir as montanhas, os rios, vai contaminar os rios e solos com cianureto devido à necessidade de usá-lo para separar o ouro da rocha, deslocar

os camponeses e as populações indígenas e ameaçar a segurança e autonomia alimentar da região de Tolima e de outras regiões da Colômbia.

Esse grupo produz coletivamente essas informações e as divulga não com o único objetivo que elas transformem atitudes e comportamentos, mais buscam problematizar os processos de adoção desses comportamentos, bem como, os ambientes em que eles se estruturam, as posições sociais ocupadas pelos diferentes atores, grupos e classes sociais e principalmente como eles elaboram e executam a suas culturas (LOUREIRO, 2012).

Isso fica evidente ao assistirmos os vídeos que mostram como ocorreram as Marchas Carnavais e notamos a presença de diferentes saberes e culturas, como indígenas, camponeses, afrodescendentes, profissionais circenses em pernas de pau, atores e grupos teatrais fazendo performances corporais, crianças e adultos vestindo fantasias de animais, etc.

Esse processo dialoga com o pensamento freiriano, pois para esses militantes

a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. Diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é compromisso de colaborar na construção do mundo comum (...). Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo. Ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do povo, sem política do Povo (FREIRE, 2011, p. 11).

Então podemos observar que esse movimento social, mesmo que não de forma declarada em seus documentos ou publicações, entende que sua prática educativa crítica e dialógica está imbricada com a construção de processos participativos, como as marchas, pois como explica Loureiro (2007; 2012, p. 86) incentivam a “superação das relações de poder consolidadas e garante o exercício da cidadania, principalmente dos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioambiental”, como é o caso dos camponeses, indígenas e os grupos populares do departamento de Tolima que tem a sua segurança e autonomia alimentar ameaçada, bem como, o seu modo de vida e o seu território.

Em diálogo com Loureiro (op. cit.) podemos perceber que para esse grupo social a participação popular é imprescindível, pois em processos sociais que populações em vias de serem deslocadas ou exterminadas devem ser visibilizadas e se tornarem foco central da luta social, pois permite contribuir para que as contradições e as disputas socioambientais sejam evidenciadas, enfrentadas e suplantadas pelo próprio protagonismo dessas populações que são a força contra hegemônica, nesse processo de conflito e injustiças ambientais.

Esses sujeitos históricos, fazem a denúncia contundente, descortinando a sua realidade sócio-política através do seu documento Declaração Política da Marcha Carnaval:

El gobierno de Santos ha asumido de forma lamentable esos lineamientos; todos ellos manifiestos en su disposición a mantener la locomotora ...minero-energética, entregando el territorio patrio para el enriquecimiento de las multinacionales,

irrespetando las autonomías locales y regionales, despojando de sus bienes y su cultura a los colombianos más débiles; convirtiendo en mercancía los bienes perennes y vitales de la biodiversidad y arremetiendo contra el derecho de las presentes y futuras generaciones a un ambiente sano (DECLARACIÓN DA V MARCHA CARNAVAL).

Com esse ato da denúncia da necropolítica junto com todo a alegria e troca de saberes entre os diferentes e oprimidos, promovida pela Marcha Carnaval, elas fazem também como dizia Freire (2000) o anúncio de uma outra realidade nascente da mudança da realidade desvelada. Esse aspecto da necropolítica também pode ser evidenciado na fala de um participante do comitê ambiental e da marcha carnaval, que define como:

“ ... objetivo principal da marcha carnaval contrarrestar la cultura de muerte de engaño de desolación y despojo que traen las multinacionales por meio esta cultura de vida y de arte que trae la movilización carnaval” (Jaime Tocora) [Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9g13xz-0d_o].

Outro aspecto que podemos destacar desse tipo de atividade cultural educativa são os cartazes com dizeres que criticam os modelos de desenvolvimento, como a mineração ou o fracking (Figura 1) pois eles permitem como nos explica Freire (op. cit., p.89) fazendo a “leitura do mundo” e elaborando a “re-escrita do mundo”.



Figura 2. Participantes escrevem críticas sobre o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo e pelo projeto La Colosa.

Como podemos observar na leitura e escrita das palavras expostas nas faixas e nos cartazes dos participantes dessa Marcha, estão sendo feitas a partir de uma “releitura mais crítica do mundo”, isto é um releitura contra hegemônico, como um ato para “reescreve-lo, melhor dizendo transformando-lo” (FREIRE, 2011, p.13).

Nesse processo de politizar a questão ambiental os militantes dos Comitês Ambientais e da marcha Carnaval, demonstram buscar compreender a natureza como bens comuns e de toda a

coletividade, sendo preponderante para a sustentação e continuidade da vida de todos os seres vivos (LIMA, 2002) e que a privatização desses bens nunca deve ocorrer pois isso colocaria em risco ou destruiria os seus modos e as suas formas de viver. Além disso, segundo esses sujeitos históricos faz-se necessário garantir que as populações tradicionais e populares tenham direito e acesso, se inter-relacionando, com natureza, como ocorreu por séculos de existência dessas nações na América, antes do processo de colonização e do encobrimento do outro (DUSSEL, 1994).

Essa politização de diferentes sujeitos sociais, perpassa pela ação dialógica explicitada por Freire (2011, p.112) nos fazendo entender que esse diálogo é um encontro, não entre sábios e ignorantes, mais por mulheres e homens que procuram “saber mais”, desvelar a realidade concreta mediados por um processo educativo, como afirma Brandão (2007) que é uma parte da forma de viver de um grupo social que a instituem e redefinem, como diversas outras formas de expressarem a sua cultura e sua comunidade.

A partir da definição de Brandão podemos pensar que a marcha carnaval é um processo educativo, pois os participantes produzem e praticam reproduzindo a sua forma de saber-pensar para todos os sujeitos sociais que “ensinam-e-aprendem”, também, as palavras, as formas sociais de se interrelacionam, trabalho, etc. Logo, “qualquer povo precisa para reinventar (...) a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens” (op cit., 2007, p. 10)

Loureiro (2004, p.76) complementa a concepção anterior afirmando que

Educar é um fenômeno típico, uma necessidade ontológica de nossa espécie, e assim deve ser compreendido para que possa ser concretamente realizado. Refere-se aos processos sociais relativos à aprendizagem – que se traduz na dimensão pessoal pela percepção sensível, capacidade reflexiva e atuação objetiva e dialógica na realidade. Ocorre por meio de múltiplas mediações sociais e ecológicas que se manifestam nas esferas individuais e coletivas por nós compartilhadas, o que pressupõe, em seu movimento constitutivo, os lugares e o momento histórico em que vivemos.

Como processo ontológico, o poder hegemônico do capital também procurar instituir o seu próprio processo pedagógico articulando diferentes sujeitos sociais, geralmente associados ao seu interesse ou interessados nas diferentes formas que se pode ganhar dinheiro, com esse tipo de parceria.

Essa articulação pode ser melhor entendida na pesquisa de Svampa (2012,p. 20) que afirma

el caso de las industrias extractivas, la dinámica entre “lo global” y “lo local” se presenta como un proceso en el que se cristalizan, por un lado, alianzas entre empresas transnacionales y Estados (en sus diferentes niveles), que promueven un determinado modelo de desarrollo.

Essa autora afirma que essa articulação sofre resistências, como no caso do projeto La Colosa:

resistencias provenientes de las comunidades locales, que cuestionan tal modelo, y reclaman su derecho a decidir en función de otras valoraciones. En este marco, los

conflictos socioambientales suelen combinarse perversamente con una tipología inherente al modelo extractivo, las llamadas economías de enclave, y por tanto tienden a encapsularse en la dimensión local (SVAMPA, 2012, p. 21).

Esses conflitos socioambientais geram uma disputa pelos territórios, que na concepção da ecologia política, se constitui em uma epistemologia política, em diálogo com a historicidade que se institui os fatos sociais e os processos de transformação da natureza e das sociedades, buscando uma crítica dos processos eurocêntricos e hegemônicos de produzir o conhecimento, de organizá-lo e divulgá-lo (ALIMONDA, 2006).

Complementando esse raciocínio Leff (2010, p. 87) afirma que no pensamento latinoamericano as lutas sociais não são apenas políticas, são também as “lutas epistêmicas para nos descolonizarmos de uma forma de pensar o mundo imposto e que hoje continua regendo as relações de poder e as relações com a natureza”.

Nesse processo de disputa de saberes e epistemes, Leff (2010, p.180) chama atenção para a “crise do conhecimento” e a construções de outras “verdades”, em diálogo com o “esvaziamento dos sentidos existências que dão suporte a vida”, provavelmente promovido pelo processo de colonização do ser, poder e do saber (MIGNOLO, 2000), promovendo a construção de monoculturas da mente e o desaparecimento dos saberes locais e de seus sujeitos instituidores como explica Vandana Shiva (2000).

A disputa desses saberes hegemônicos, nesse nosso estudo, elaborados pelas estratégias utilizadas pela mineradora, através de diferentes mídias em diálogo com narrativas neocoloniais e também mediadas pelos processos educativos formais e informais, são questionadas durante a disputa de saber/conhecimento em torno da marcha carnaval e do desvelamento dos conflitos socioambientais relacionados a esse processo e os perigos da contaminação da água e à vida como vimos na figura 1.

A partir dessas lutas no campo educativa, podemos destacar os aportes da educação problematizadora de Paulo Freire em diálogo com os aportes teóricos da Educação Ambiental Crítica emergente na América latina. Como explicado por Loureiro (2004, p.73)

educação ambiental é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes. Ou seja, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado.

E nesse processo educativo “outro” como diz Freire (1989, p. 68) de “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens [mulheres] se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, observamos esse processo coletivo de educação com ação dialógica, em um diálogo que institui resistência aos processos neoeextrativistas e reexistência, que se busca novos caminhos ou resgatando formas ancestrais de ser, saber e existir no mundo em contínuo processo de construção histórica com a sociedade e a natureza.

REEXISTENCIAS

Zibechi (2008) inicia a sua análise a partir do princípio que os movimentos sociais latino-americanos são movimentos territorializados. A noção de território envolve todo o sistema de relações sociais (fluxos e circulações).

Neste sentido, a luta pelo território não se restringe apenas à distribuição de terras ou espaços urbanos, mas é a luta por todas as dimensões: tecnologia, mercado, educação, saúde e principalmente contra o capital que procura controlar os territórios. Portanto, trata-se de uma luta multidimensional e complexa.

A partir da reflexão anterior o território passa a ter uma centralidade no pensamento desse movimento e dessa ação dialógica como podemos observar na foto da faixa carregada pelos militantes desse grupo.



Figura 3 Participantes escrevem faixas que enfocam as territorialidades em disputa.

O autor analisa que a dinâmica de apropriação territorial como prática coletiva é uma resposta estratégica dos “pobres” à crise da fábrica e à desterritorialização produtiva impulsionada contra as reformas neoliberais e ao processo de privatização do público na esfera política.

Essa tendência à reapropriação comunitária do espaço da vida onde se assentam esses movimentos, refere-se tanto a experiências de autogestão produtiva, de resolução coletiva de necessidades sociais como às formas autônomas de gestão dos assuntos públicos. Neste contexto podem ser abarcados os acampamentos do MST, as comunidades indígenas do Equador e Bolívia, os zapatistas, as fábricas recuperadas da Argentina etc (ZIBECHI, 2008, p. 19).

Podemos observar que o Comitê Ambiental, poderia ser incluído nesse grupo de movimentos sociais como descrito por Raúl Zibechi, pois vários membros desse grupo buscam soluções coletivas dos problemas socioambientais locais, bem como, autonomia e autodeterminação, através de votações populares para impedir que a empresa de mineração AngloGold Ashanti se instale em seu território.

Então somada a disputa pelo território, temos uma outra territorialidade, que se constitui na práxis desses sujeitos, como podemos observar no trecho do vídeo e das imagens

anteriores, que disputam também com a lógica do capital, que através de um processo de desumanização “coisifica” os seres humanos (FREIRE, 1989). A partir dessa necroeconomia, podemos pensar que existe uma situação-limite (uma das categorias criadas por Paulo Freire) que é desvelada pela “leitura do mundo” outra que esse grupo social faz.

Como Freire (2011, p.54) afirma: É a “leitura do mundo” que pode possibilitar a decifração cada vez mais crítica da ou das “situações-limites”. Então podemos pensar que nesse processo de despir da roupagem de índio, afrodescendente ou mestiço que encobriu o sujeito social outro (DUSSEL, 1993) que foi colocado através de um processo de alienação cultural (FREIRE, 1979), faz necessário uma leitura de mundo outra, reconfigurando-se também em um girou para “uma repolitização e radicalização do pensamento socioeducativo” (ARROYO, 2014, p. 46).

Como podemos perceber a utopia desse grupo também se configura como um ato histórico de sujeitos sociais buscando a sua liberdade.

Segundo Paulo Freire para se chegar a libertação do opressor, os oprimidos, nesse nosso caso ambientais, buscam realizar uma nova humanização, não aquela apresentada por Hegel (2001), que afirma que a Europa é a origem da história, a fundante de tudo, mais a eliminação da opressão desumanizante da colonialidade (QUIJANO, 2002; MIGNOLO, 2017) e do imperialismo (BORON, 2007).

Nesse sentido o ato de resistir pode estar associado ao pensamento de um ato de libertação. Dialogando com essa concepção de resistência, Buzanello (2006) afirma que esse conceito se institui no processo do ideal libertário escolhendo agir de forma pragmática para contrapor os abusos de todas os tipos, de forma preventiva, buscando constituir uma nova ordem democrática diferente daquela originada pelo processo opressivo-repressivo. Logo podemos observar o começo do processo de re-existência em desenvolvimento, isto é, a mudança de identidades mediante um conflito e injustiças ambientais na tentativa de constituir outra existência, garantir o direito de existir de se reinventar. Esse processo fica evidenciado na participação efetiva de sujeitos históricos de outros movimentos que se reexistem nesse território do conflito socioambiental, constituindo outras formas de ser e agir no mundo na Marcha Carnaval, como demonstra os cartazes abaixo:



Figuras 4. diversidade de movimentos sociais participantes da marcha carnaval .

A re-existência tem a ver com essas reinvenções que envolvem muitas perdas de direitos, envolve muitas vezes a vida, não necessariamente essa reinvenção vai ser uma coisa boa.

Re-existir não é necessariamente bom é uma estratégia de pessoas, grupos e comunidades desenvolver para reexistir diante de uma ameaça a sua existência estamos falando de uma situação-limite pessoas fazendo atos limites de reexistir (Figura 5).



Figura 5 Participantes da Marcha carnaval promovendo durante esse evento outra forma de ser, saber e existir na sociedade.

A partir dessas imagens podemos observar que esses sujeitos históricos, começam a não buscar apenas a cidadania e os direitos a ela atribuídos, mais vão além, buscando autonomia total de seus territórios materiais e simbólicos em busca de viver suas vidas nesses locais da forma que mais lhe trouxer alegria e em integração não destrutiva com a natureza,

transformando-a e sendo transformado por ela; em independência do sistema-mundo criado pelo colonialismo e em funcionamento até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso foco nesse artigo foi estruturar uma investigação, com base na reflexão sobre as insurgências sociais relacionadas às lutas socioambientais latino americanas, com foco e exemplo da Marcha Carnaval, enquanto fato geopolítico fundamental de resistência ao “rolo compressor” do Desenvolvimento Sustentável em escala global, e no caso específico dos Commodities para a América Latina.

Nesse sentido, buscamos reconstituir um processo de territorialização e de enunciação de territorialidades construídas pelo grupo social o comitê ambiental e outros grupos que participam ativamente da Marcha Carnaval, em diálogo com outros movimentos sociais que provocam tensionamentos e disputas epistemologias com os organismos internacionais associados ao capital e a pequena burguesia local que não quer ceder ou perder privilégios e espaços de poder, fizemos uma reflexão de como esta dinâmica de tensionamentos e destensionamentos influenciou emergindo o que entendemos como uma outra prática social e consequentemente educativa, promovendo uma Educação Ambiental, que poderemos chamar de crítica.

A partir desse estudo podemos inferir que os atores de diferentes conflitos ambientais derivados do extrativismo na América Latina enfrentam um jogo de interesses em que o diálogo é um convidado ausente e sem a possibilidade de opinar sobre as imposições do governo e de empresas estrangeiras. É urgente reconhecer o que está acontecendo, reconhecer-se no conflito e ouvir as diferentes partes para chegar a um acordo.

O diálogo exige que o indivíduo se apresente autenticamente para o diálogo, sem se apegar aos valores da aparência, mas aos da sua existência. Muitos se preocupam com o que os outros vão pensar ou esperar e se apegam à opinião em vez de ser. O verdadeiro diálogo depende da mutualidade e entrega autêntica dos indivíduos, bem como da percepção e aceitação de tal entrega.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Hector. Aproximações para uma ecologia Política Latino-americana (conhecimento, poder, cultura, política...). In: AMOEDO, Beatriz Presno; ALIMONDA, Hector (org.). Ruralidades:capacitação e desenvolvimento. Viçosa:Ed. UFV. 2006.

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BEBBINGTON, Anthony, and JEFFREY BURY. Political Ecologies of the Subsoil. In: BEBBINGTON, Anthony, and JEFFREY BURY, (editors). **Subterranean Struggles: New Dynamics of Mining, Oil, and Gas in Latin America**. University of Texas Press, 2013, pp. 1–26. *JSTOR*, disponível em: www.jstor.org/stable/10.7560/748620.5. Acessado em 20 de agosto de 2019.
- CECCON, S., COMPIANI, M.,; MORAES HOEFFEL, J. L.. Estudo de Caso do Programa de Educação ambiental Fruto da Terra: a pedagogia de projetos como estratégia para a educação ambiental crítica. En U. U. UFSCar, **Pesquisa em educação ambiental** (pág. 40). Rio de Janeiro. 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.
- _____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 50ª Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- FLOREZ, G.; VELÁSQUEZ, J.; ARROLLAVE, M.. Formación ambiental y reconocimiento de la realidad: dos aspectos esenciales para la inclusión de la educación ambiental en la escuela. **Revista luna azul**. julio de 2017.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRRARGUES, Philippe Pomier (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- KRISTINA DIETZ; ANA MARÍA ISIDORO LOSADA. Dimensiones socioambientales de desigualdad: enfoques, conceptos y categorías para el análisis desde las ciencias sociales. In: Barbara GÓBEL; Manuel, GÓNGORA-MERA; Astrid ULLOA (Org.). **Desigualdades socioambientales en América Latina**. Ibero-Amerikanisches Institut Preu&ischer Kulturbesitz, UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. Educação Ambiental transformadora. In: LAYRRARGUES, Philippe Pomier (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.
- LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez. 2010.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nayda; BRASILEIRO, Renata; MUSSI, Suktane. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibama/NEA.2008.

MARTÍN, Facundo; LARSIMONT, Robin. ¿Es posible una ecología cosmo-política?, **Polis** 45 | 2016, Publicado el 11 mayo 2017, consultado el 02 mayo 2019. disponível em:

<http://journals.openedition.org/polis/12155>.

PAULSON, Susan; GEZON, Lisa (eds). **Political Ecology across Spaces, Scales, and Social Groups**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2005.

PELUSO, N. L.; LUND, C.. New frontiers of land control: Introduction. **The Journal of Peasant Studies**, 38(4), 667-681. 2011.

TERRÓN AMIGÓN , E.,; GONZÁLEZ GAUDIANO , É.. Representación y medio ambiente en la educación básica en México. Em U. U. UFSCar., **Pesquisa em educação ambiental** (p. 12). Rio de Janeiro. 2009.

SVAMPA, Maristella y Mirta Alejandra Antonelli (eds.). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. 2009.

SVAMPA, Maristella. “Resource Extractivism and Alternatives: Latin American Perspectives on Development”. **Journal für Entwicklungspolitik (JEP)** 28 (3):43-73. 2012.

_____. “Consensus de los commodities” y lenguaje de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, 244, 1-17. 2013.

_____. Consensus de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, Año XIII, n. 32, nov./2012, p. 16-38.